

CESPE/UNB – TRF 3 / 2011

PARTE GERAL

Considerando que Paulo resida com sua família em Jaú - SP, seja sócio-proprietário de uma empresa de construção em Marília - SP e trabalhe como corretor de imóveis em Bauru - SP, assinale a opção correta no que se refere ao domicílio, em face da discussão da validade de modificação do contrato social da empresa de construção.

- A) Qualquer um dos três municípios pode ser considerado domicílio.
- B) Deve ser considerado domicílio o município de Jaú, local da residência de Paulo, visto que, na legislação civil, é adotada a teoria da unidade de domicílio.
- C) Bauru será o domicílio adequado caso a corretagem seja a principal atividade profissional de Paulo.
- D) Será domicílio o local em que Paulo for efetivamente encontrado quando da discussão da questão.
- ~~E)~~ Como a questão envolve o contrato social da empresa de construção, Marília deve ser considerada domicílio de Paulo.

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

PARTE GERAL


A respeito da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do Código Civil, assinale a opção correta.

- A) A demonstração da insolvência da pessoa jurídica é requisito essencial para a decretação da desconsideração da personalidade jurídica.
- B) O simples encerramento irregular da pessoa jurídica não implica presunção do abuso da personalidade.
- ☒ C) Os efeitos da desconsideração da personalidade jurídica somente alcançam os sócios participantes da conduta ilícita ou que dela se tenham beneficiado.
- D) O pedido de desconsideração da personalidade jurídica sujeita-se ao prazo prescricional de dez anos.
- E) Para a decretação da desconsideração da personalidade jurídica, exige-se a comprovação do desvio de finalidade e de confusão patrimonial.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2011

PARTE GERAL

Assinale a opção correta no que se refere a prescrição.

- A) O prazo prescricional suspenso contra servidor ausente do país em serviço público da União voltará a fluir caso esse servidor retorne ao Brasil ainda que por breve período, como o de férias, por exemplo.
- B) Se um dos credores solidários em dívida pecuniária se casar com a devedora, o prazo prescricional da pretensão relativa à cobrança da prestação será suspenso em relação a todos.
- C) A demonstração, pelo devedor, de ciência da dívida é suficiente para interromper a prescrição.
- D) Falecendo o autor da herança antes de decorrida a metade do prazo de prescrição para o exercício de determinada pretensão, o prazo voltará a correr a favor do sucessor.
-  E) Ação consignatória presta-se para interromper a prescrição.

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

PARTE GERAL

Considere que, em 20/8/2013 (terça-feira), determinada pessoa tenha sofrido danos materiais em razão de acidente provocado por servidor de órgão público, no exercício de sua função. Nessa situação, o último dia de prazo para o ajuizamento de ação que vise à obtenção de indenização a ser paga pelo ente público, de acordo com o entendimento do STJ, será

- A) 21/8/2018 (terça-feira).
- B) 20/8/2015 (quinta-feira).
- C) 23/8/2016 (terça-feira).
- D) 22/8/2023 (terça-feira).
- E) 22/8/2016 (segunda-feira).

CESPE / UNB – TRF 2 / 2011

PARTE GERAL

A respeito das condições e seus efeitos, assinale a opção correta.

- ☒ A) A incerteza é elemento caracterizador imprescindível à condição.
- ☐ B) As condições juridicamente impossíveis equiparam-se às ilícitas.
- ☐ C) É vedada cláusula que estabeleça condição suspensiva para pagamento.
- ☐ D) Nada sendo estipulado em contrário, o implemento da condição resolutiva produz efeitos *ex tunc*.
- ☐ E) São defesas as condições que estejam fora da alçada das partes.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2011

OBRIGAÇÕES

A respeito do adimplemento, do inadimplemento e da extinção das obrigações, assinale a opção correta.

- A) Havendo dois débitos da mesma natureza, líquidos e vencidos, o devedor pode imputar pagamento parcial de um deles, independentemente de convenção.
- B) A mitigação do pacta sunt servanda pelo novo Código Civil permite que o juiz imponha ao credor a dação em pagamento, conforme as circunstâncias do caso concreto.
- C) Podendo o terceiro não interessado pagar débito em nome do devedor, pode ele também compensar o débito alheio com aquilo que o credor lhe dever.
- D) Havendo recusa do credor em receber o pagamento, o depósito da coisa devida é suficiente para elidir a mora.
- ~~E)~~ O usufrutuário cujo direito real tenha sido registrado após a hipoteca do imóvel pode remir a hipoteca sub-rogando-se no direito do credor.

CESPE/UNB – TRF 1 / 2013

OBRIGAÇÕES

Suponha que um fazendeiro, mediante contrato escrito, tenha doado 10% da safra produzida em sua fazenda para uma instituição de caridade que, posteriormente, havia transferido essa vantagem para terceira pessoa. Nessa situação, o segundo negócio se configura como

- A) novação.
- B) sub-rogação legal.
- C) subcontrato.
- D) cessão de contrato.
- ~~E) cessão de crédito.~~

CESPE/UNB – TRF 5 / 2011

CONTRATOS

Considerando a hipótese de que duas pessoas tenham firmado, de forma paritária, contrato para fornecimento continuado de serviços, assinale a opção correta.

- A) Será potestativa, por se submeter a evento futuro e incerto, cláusula do contrato que estipule a aceitação de outro índice de correção monetária para o caso de desaparecer o índice vigente à época de sua celebração.
- B) A excessiva onerosidade da prestação do devedor será causa bastante para a resolução ou a revisão do contrato.
- ☒ C) O juiz poderá dar interpretação ampliativa a esse contrato.
- D) Havendo cláusula duvidosa, o juiz deverá interpretar o contrato de forma a não favorecer nenhuma das partes.
- E) Detectada ambiguidade no texto contratual, o juiz deverá dar interpretação que favoreça o devedor.

CESPE/UNB – TRF 3 / 2011

CONTRATOS

João comprou de Carlos uma joia e pagou por ela dez mil reais, sem que fosse lavrado documento entre os dois. De posse da joia, João foi, de táxi, até um restaurante, tendo o motorista, ao final do trajeto, emitido recibo de pagamento do serviço no valor de vinte reais. No restaurante, João encontrou-se com Maria, a quem presenteou com a joia. Maria recebeu o presente e saiu do local, sem sequer agradecer o agrado. Muito triste, João voltou para casa e reuniu a família, na presença de dois amigos, para dizer que pretendia viajar por um ano e, caso algo lhe acontecesse, seus bens deveriam ser distribuídos entre seus sobrinhos. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A) A doação da joia a Maria é contrato inexistente por não ter ocorrido a devida formalização da aceitação do objeto.
- B) Ainda que o motorista não tivesse emitido o recibo pelo serviço prestado a João, o contrato seria válido, porém, de prova impossível, dada a inexistência de documento.
- ☒ C) A declaração de João a seus familiares, mesmo expressa e testemunhada por duas outras pessoas, não é válida, por vício de forma.
- D) O contrato firmado por João e o motorista do táxi só pode ser considerado plenamente válido porque se formalizou com o recibo emitido.
- E) A compra e venda ocorrida entre João e Carlos é inválida, porque o valor do negócio impõe a forma escrita.

CESPE/UNB – TRF 5 / 2013

CONTRATOS

Com base na teoria geral dos contratos, assinale a opção correta.

- ☒ A) Considere que Paulo tenha celebrado com João contrato de comodato por meio do qual lhe emprestará sua moto durante o prazo de um ano. Nessa situação, o ato de entrega da coisa por João a Paulo encontra-se no plano de validade do negócio jurídico, sem o qual o ajuste não estará perfeito e acabado.
- B) Considere que Pedro tenha celebrado com Arnaldo dois contratos coligados: um principal, cujo objeto é um lote com uma casa edificada para moradia, e outro secundário, cujo objeto são dois lotes contíguos àquele, para instalação de futura área de lazer. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ, a falta de pagamento integral do preço relativo ao segundo contrato pode levar à resolução do primeiro, em razão da dependência entre os negócios jurídicos, cujos efeitos estão interligados.
- C) A liberdade contratual relaciona-se com a escolha da pessoa ou das pessoas com quem o negócio será celebrado, ao passo que a liberdade de contratar está relacionada com o conteúdo do negócio jurídico.
- D) A necessidade de proteção da dignidade da pessoa humana e dos direitos da personalidade na seara contratual é um dos aspectos da eficácia externa do princípio da função social dos contratos.
- E) Suponha que José tenha celebrado com Maria contrato de mútuo de dinheiro sujeito a juros pelo qual, além da obrigação de restituir a quantia emprestada, deveriam ser pagos juros. Nesse caso, o contrato firmado é bilateral e oneroso.